

## **Análise do Nível de Evidenciação de Informações Sociais no *Site* das Universidades Públicas Federais e Estaduais do Sudeste Brasileiro**

### **Autores:**

**PATRICIA DE SOUZA COSTA**

(UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA)

**GILVANIA DE SOUSA GOMES**

(UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA)

**MAGDA SORAIA CUNHA MAMEDE**

(FACULDADE POLITÉCNICA DE UBERLANDIA - UFU UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA)

### **RESUMO**

A responsabilidade social e a contribuição das instituições de ensino superior na elaboração e execução de políticas públicas tem sido alvo de debates acadêmicos e sociais. Uma das formas de divulgar e avaliar as contribuições sociais das universidades é por meio do Balanço Social. Diante disso, o objetivo da pesquisa é analisar o nível de evidenciação de informações sociais no *site* das 26 universidades públicas federais e estaduais do sudeste brasileiro, credenciadas no Ministério da Educação, no período de 2000 a 2006. Foi utilizado o Modelo de Balanço Social sugerido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) para estas instituições como base para identificação das informações sociais nos *sites* das universidades. Os resultados da pesquisa demonstram que nenhuma das universidades públicas federais e estaduais do sudeste brasileiro divulgou, no período de estudo, o Balanço Social ou outro relatório estruturado especificamente para a divulgação de informações sociais. Essas informações são divulgadas no Relatório de Gestão, no Anuário Estatístico ou espalhadas nos *sites* das universidades de maneira confusa e inconsistente. Apesar destes aspectos, os resultados indicam um aumento gradual de universidades que estão evidenciando nos seus *sites* informações sobre a sua responsabilidade social.

### **1 INTRODUÇÃO**

A universidade tem uma dupla função social a cumprir: formar profissionais qualificados e cidadãos ativos para exercer as mais diversas atividades; e a de produzir o saber e o pensamento crítico nas diferentes áreas do conhecimento científico, tecnológico e cultural (PRIORI, 2002; MORHY, 2002). Segundo esses autores, a universidade pública tem, de certa forma, cumprido esse papel, pois são as universidades públicas que oferecem os melhores cursos de graduação e de pós-graduação e a quase totalidade da produção científica, tecnológica, humanística e cultural é realizada no seu interior. Entretanto Priori (2002) afirma que a universidade pública e gratuita precisa ser competente. Para tal, precisa-se romper com o corporativismo acadêmico e sindical, criando mecanismos de avaliação periódica e continuada, reorganizando a estrutura burocrática e diretiva, descentralizando e tornando mais transparentes as ações administrativas (PRIORI, 2002; MORHY, 2002).

A responsabilidade social e a necessidade de transparência e de prestação de contas nas entidades públicas, inclusive nas universidades, são temas de destaque nos debates acadêmicos e sociais (vide FIGUEROA, 2006; FOLHA ONLINE, 2003; MAZZIONI; TINOCO, 2005; MIGUEL, 2005; MORHY, 2002; PRIORI, 2002; SLOMSKI; REZENDE; ATHAYDE, 2003). A prestação de contas por meio do processo de *accountability* é um

elemento das democracias eleitorais que poderá garantir o vínculo entre representantes e representados (MIGUEL, 2005). Para Martins (1997, p. 3) “a empresa gira em função da sociedade e do que a ela pertence, devendo em troca no mínimo prestar-lhe contas da eficiência que usa todos esses recursos”.

Neste contexto, surge a necessidade da criação de relatórios sociais que venham expressar, de forma simplificada, as origens e aplicações dos recursos públicos (SLOMSKI; REZENDE; ATHAYDE, 2003; TINOCO, 2001). Dentre os relatórios adequados para divulgação das ações sociais das entidades, está o Balanço Social. Segundo Tinoco (2001), o balanço social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários. Souza (1997, p. 3) defende que as empresas públicas deveriam tornar transparente a dimensão social, pois, ainda que públicas, não possuem automaticamente a preocupação com o tema, tendo-se verificado ao longo da história a deturpação de objetivos de caráter social em prol de interesses privados.

Diante do exposto, o objetivo da pesquisa é analisar o nível de evidenciação de informações sociais no *site* das universidades públicas federais e estaduais do sudeste brasileiro no período de 2000 a 2006. Para realização do estudo foram selecionadas 26 universidades públicas (dezenove federais e sete estaduais) do sudeste brasileiro credenciadas no Ministério da Educação (2006).

A pesquisa está estruturada em quatro seções. Após esta introdução é apresentado o referencial teórico da pesquisa. A terceira seção traz a metodologia, os resultados da pesquisa e a análise destes. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais da pesquisa, bem como as recomendações para pesquisas futuras.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Evidenciação**

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (1997, p. 62) afirma que o termo evidenciação pode ser conceituado “como o meio pelo qual a administração de cada entidade atende aos seus usuários externos com as informações necessárias para a tomada de decisões”. Para Iudícibus (2000, p. 116) a “evidenciação está ligada aos objetivos da Contabilidade, ao garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários”.

A evidenciação pode apresentar-se de diversos métodos, tais como: demonstrações financeiras, notas explicativas, informações entre parênteses, relatório de administração, parecer de auditores independentes, porém as informações divulgadas devem apresentar as seguintes características (CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997):

- compreensibilidade – devem ser compreensíveis para um usuário padrão;
- pertinência – devem se adequar às necessidades dos usuários;
- materialidade – pode ser determinada quando a omissão ou distorção de uma informação influenciar decisões econômicas ou financeiras dos usuários;
- confiabilidade e integridade – devem abranger todos os eventos econômicos e transações pertinentes à companhia;
- representação fiel – deve representar os eventos econômicos e as transações relacionadas com a empresa;

- a essência sobre a forma – a essência da transação deve prevalecer sobre a forma legal;
- neutralidade e prudência – características da informação contábil e da atitude do contador;
- comparabilidade – para possibilitar a análise do comportamento de determinadas informações.

Iudicibus (2000) e Hendriksen e Van Breda (1999) afirmam que a evidenciação de informações relevantes para os usuários deve ser adequada, justa e completa. Assim, a informação é relevante e merecedora de divulgação somente se é útil para o processo decisório (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

## 2.2 Informações Sociais

Até o início dos anos 60, a maioria dos usuários da contabilidade mostrava-se satisfeita com as informações obtidas por meio das demonstrações contábeis disponibilizadas, dentre as quais se podem destacar: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração de Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas (SANTOS, 2003).

No entanto, transformações econômicas ocorridas no século XIX e no início do século XX como, por exemplo, o incremento das atividades comerciais e industriais nos Estados Unidos da América e na Europa, exigiu mudanças e adaptações da Contabilidade às novas realidades (SANTOS, 2003). Segundo esse autor (2003, p. 14):

A Contabilidade passou a ter relevância em todo o cenário econômico, deixando de ser instrumento importante apenas no auxílio prestado no cálculo e identificação dos valores que servem como base para recolhimento de impostos, análise de crédito ou pagamento de dividendos, e com isso começa a ocupar espaço bastante importante nas relações sociais, ou seja, a Contabilidade tem demonstrado que sua base de dados para a prestação de informações deve passar a ser um dos principais instrumentos de balizamento nas relações do homem e das empresas que estejam inseridas em um mesmo contexto social.

Diante dessas mudanças na relação entre a Ciência Contábil e a sociedade, o número de instituições que estão divulgando informações sociais, éticas e ambientais em todo o mundo tem aumentado (JIMENA, 2006). Segundo essa autora, em 2005, 52% das empresas classificadas no “Fortune 500”<sup>1</sup> publicou relatório contendo informações sociais comparado com 45% no ano de 2002. Santos (2003, p. 14) ressalta que a divulgação de relatório contendo informações sociais, denominado de Balanço Social, “deverá assumir nas próximas décadas papel de destaque, pois será um dos principais instrumentos a serem utilizados nas relações sociais e econômicas das sociedades e poderá auxiliar, de forma competente, na avaliação e análise de seus resultados macroeconômicos”.

O Balanço Social é uma necessidade de gestão e surge com o objetivo de prestar informações aos empregados e à sociedade de forma geral (SANTOS, 2003; TINOCO, 2001). Tinoco (2002, p.59) diz que o balanço social é o instrumento que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais do desempenho das entidades aos mais diferenciados usuários. De acordo com Souza (2001, p.13-14):

As empresas, públicas ou privadas, queiram ou não, são agentes sociais no processo de desenvolvimento. A dimensão delas não se restringe apenas a determinada sociedade, cidade, país, mas ao modo com que se organiza e principalmente atua, por meio de atividades essenciais [...]. É possível pensar nessa realidade: Ter não somente um balanço financeiro das empresas, mas também um social, para que o conjunto da sociedade tome conhecimento do que já avançamos e do que teremos ainda a avançar nessa direção.

O Brasil pode ser considerado um país pioneiro na tentativa de viabilizar a divulgação de ações sociais e ambientais. Em 1975, por meio da lei 76.900, instituiu a obrigatoriedade de apresentação pela empresa de documento conhecido por Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (SANTOS, 2003). A RAIS tem a finalidade de suprir as necessidades de controle e estatística das entidades governamentais na área social, auxiliando o cumprimento da legislação relativa ao Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e outros. Contudo, as mudanças e transformações sociais passadas nos últimos vinte anos já estão a exigir um novo conjunto de informações, denominado de Balanço Social (SANTOS, 2003).

Segundo Mazzioni (2005), o Balanço Social complementa o sistema de informação contábil, permite aos usuários conhecer a atuação social da entidade, seu posicionamento perante a comunidade e o meio ambiente, bem como o seu relacionamento com os empregados. Pode-se concebê-lo como um conjunto de informações capaz de proporcionar uma visão sobre o desempenho econômico e financeiro das entidades e sua atuação em benefício da sociedade (MAZZIONI; GALANTE; KROETS, 2006).

Jimena (2006) acredita que o Balanço Social deve ser diferente para cada país considerando as seguintes características: tipo de empresa, setor de atividade, localização geográfica e a legislação vigente. Tinoco (1984, p. 52) alerta para o fato de que “existem discussões e polêmicas sobre as abordagens a serem adotadas na elaboração do Balanço Social”. Jimena (2006) comenta que a elaboração do Balanço Social deve considerar três questões: qual o objetivo do relatório? Que tipo de indicadores devem ser usados? Quais procedimentos para auditoria devem ser apresentados? Tinoco (2001) comenta que existem três abordagens para a elaboração do Balanço Social: a “abordagem contábil”, dando ênfase ao “valor adicionado” gerado pela empresa; a de “aspectos sociais, ambientais e de relações do pessoal”, de caráter eminentemente qualitativo e a “mista” em que “concilia os aspectos econômicos e contábeis, com os sociais”.

Diante dessas discussões e da não obrigatoriedade de elaboração e publicação do Balanço Social, atualmente existem modelos de Balanço Social sendo propostos para as empresas brasileiras por instituições como, por exemplo, o do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além dos que preferem fazer suas alterações, para melhor enquadrar sua empresa, ou que simplesmente, mencionam as iniciativas sociais no relatório administrativo (NEGRA; TEIXEIRA; CARMO, 2002).

### **2.3 Accountability**

A administração pública está sujeita às leis e à moral. A Constituição Federal (BRASIL, 1988, art. 37) menciona que a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O princípio da legalidade surge para garantir o zelo do patrimônio do Estado que o agente público que está incumbido de administrar (MEIRELLES, 2006). O princípio da impessoalidade procura estabelecer uma administração voltada aos interesses da população e proíbe vantagens pessoais e de terceiros (BULOS, 2005). O princípio da moralidade está ligado aos bons administradores pela ética profissional que deve ter o agente público na prestação dos seus serviços sem promoção de vantagens ilícitas a si ou a terceiros (MEIRELLES, 2006). Segundo esse autor, a publicidade é essencial para divulgação oficial do que a administração está realizando ou pretende realizar. É pela publicidade que os atos públicos chegam ao conhecimento da população e assim pode fazer um acompanhamento dos atos praticados pelos gestores públicos. Para Bulos (2005), o objetivo do princípio da

eficiência é a obtenção de resultados positivos no exercício dos serviços públicos, satisfazendo as necessidades básicas dos administradores. Estes princípios regem a administração pública e, portanto, o gestor público deve estar atento na elaboração e na execução de suas atribuições de modo a aplicar com rigidez referidos princípios.

A *accountability* é um elemento que pode auxiliar no cumprimento, principalmente, do princípio da publicidade, pois se refere ao controle que os poderes estabelecidos exercem uns sobre os outros (*accountability* horizontal), mas, sobretudo, à necessidade que os representantes têm de prestar contas e submeter-se ao veredicto da população (*accountability* vertical) (MIGUEL, 2005). Esse autor ressalta que o bom funcionamento da *accountability* vertical dependerá da existência institucional de sanções efetivas sobre os representantes, da provisão de informação adequada e plural (não apenas sobre a atuação dos governantes, mas sobre o mundo social de modo geral) e do interesse pela política disseminado nos diferentes grupos da população.

No entanto, a *accountability* (vertical) não tem sido efetivada na prática política em decorrência da reduzida capacidade de supervisão dos constituintes sobre seus representantes (MIGUEL, 2005). Segundo esse autor, isso é devido a fatores que incluem: a complexidade das questões públicas; o fraco incentivo à qualificação política; o controle sobre a agenda e a falta de transparência das ações administrativas.

## 2.4 Universidades Públicas

O Estado presta serviços à coletividade com intuito de promover a satisfação das necessidades da população e aumento no nível de bem-estar-social de uma comunidade, (SLOMSKI; REZENDE; ATHAYDE, 2003). Para esses autores (2003, p. 4), “o administrador público precisa ir além de gerir recursos como se fossem de uma empresa do setor privado, desta forma, acredita-se que este deve buscar no setor privado, experiências que deram certo e implementá-las”.

As universidades “são instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, de formação de quadros profissionais de nível superior, que desenvolvem atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007, p. 1). As universidades procuram criar cursos que atendam a demanda do mercado, formando profissionais atuantes e críticos, mantendo linhas de pesquisas compromissadas com o desenvolvimento econômico local e regional (MORHY, 2002). A meta da extensão universitária é promover a interação entre a comunidade e os núcleos de pesquisa e ensino, propiciando investimentos da iniciativa privada nas universidades públicas, incrementando as pesquisa e o desenvolvimento de tecnologia de ponta (SLOMSKI; REZENDE; ATHAYDE, 2003). As atividades de extensão reforçam o tripé: universidade, empresa e comunidade, por meio de atendimentos (médicos, odontológicos, jurídico, contábil e administrativo), cursos, palestras e encontros.

O ex-secretário da Secretaria de Educação Superior (SESu), Carlos Roberto Antunes, afirmou que a estrutura das universidades públicas está ultrapassada. Para ele, o papel dessas instituições deve ser repensado, elas devem sair do seu casulo e apoiar projetos como o da erradicação do analfabetismo e da fome (FOLHA ONLINE, 2003). Para Pacheco (2004a, p. 1), as universidades brasileiras realizam de forma competente suas atividades no campo do ensino, pesquisa e extensão, “entretanto, a contribuição das instituições de ensino superior na elaboração e execução de políticas públicas é ainda modesta, apesar de se constatar que experiências de interação entre universidades e redes públicas de ensino têm sido positivas”.

Segundo Pacheco (2004a), quando se fala em reforma universitária, o que se pretende é a reformulação ampla de todos os níveis de ensino. Neste sentido (2004a, p. 1):

as instituições de educação superior terão o papel de ser o centro da produção e disseminação das propostas que visam oferecer uma escola de melhor qualidade para os estudantes da educação básica. O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), que está sendo implantado pelo MEC este ano, aponta nessa direção ao estabelecer a responsabilidade social como um dos aspectos a serem valorizados. O que se pretende com a reforma universitária é, entre outros pontos, que as instituições de educação superior também sejam protagonistas na constituição de um novo projeto de nação, mais democrático e inclusivo.

A responsabilidade social das universidades tem sido discutida, principalmente, com relação aos temas: qualidade do ensino superior; aumento das vagas diante do acesso ainda restrito, garantir que a população mais pobre tenha a oportunidade de frequentar o curso de graduação; acesso e a permanência do estudante no ensino superior; interação da universidade com a comunidade (PACHECO, 2004).

O IBASE sugere um modelo de Balanço Social para instituições de ensino, fundações e organizações sociais (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS, 2007). O Balanço Social pode ser útil ao Estado na formulação de políticas públicas visando o bem-estar individual e da comunidade (SUCUPIRA, 2001, TINOCO, 2001). Assim, o Balanço Social pode ser útil no processo de avaliação das Instituições de Ensino Superior.

### **3 ANÁLISE DO NÍVEL DE EVIDÊNCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOCIAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: O CASO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E ESTADUAIS DO SUDESTE**

#### **3.1 Metodologia**

A pesquisa é do tipo exploratória, realizada por meio de análise documental, com abordagem qualitativa. Para realização do estudo foram selecionadas 26 universidades públicas brasileiras (dezenove federais e sete estaduais) credenciadas no Ministério da Educação (2006), conforme apresentado no quadro 1. Foi utilizado o Modelo de Balanço Social para instituições de ensino, fundações e organizações sociais disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (2007) como parâmetro para identificação das informações sociais no *site* de cada uma destas instituições. O período analisado foi de 2000 a 2006.

Instituição de Ensino Superior	Cidade	UF	Categoria Administrativa
Fundação Universidade Federal de Viçosa - UFV	VICOSA	MG	Federal
Fundação Universidade Federal do Abc - UFABC	SANTO ANDRE	SP	Federal
Universidade de São Paulo - USP	SAO PAULO	SP	Estadual
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG	BELO HORIZONTE	MG	Estadual
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	RIO DE JANEIRO	RJ	Estadual
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	CAMPINAS	SP	Estadual
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES	MONTES CLAROS	MG	Estadual
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF	CAMPOS DOS GOYTACAZES	RJ	Estadual
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP	SAO PAULO	SP	Estadual
Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG	ALFENAS	MG	Federal
Universidade Federal de Itajubá - Unifei - UNIFEI	ITAJUBA	MG	Federal
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	JUIZ DE FORA	MG	Federal
Universidade Federal de Lavras - UFLA	LAVRAS	MG	Federal
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	BELO HORIZONTE	MG	Federal
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP	OURO PRETO	MG	Federal
Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR	SAO CARLOS	SP	Federal
Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ	SAO JOAO DEL REI	MG	Federal
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP	SAO PAULO	SP	Federal
Universidade Federal de Uberlândia - UFU	UBERLANDIA	MG	Federal
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	VITORIA	ES	Federal
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	RIO DE JANEIRO	RJ	Federal
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	RIO DE JANEIRO	RJ	Federal
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM	UBERABA	MG	Federal
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM	DIAMANTINA	MG	Federal
Universidade Federal Fluminense - UFF	NITEROI	RJ	Federal
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ	SEROPEDICA	RJ	Federal

Quadro 1 - Universidades públicas federais e estaduais do sudeste brasileiro credenciadas no MEC

Fonte: Ministério da Educação (2006).

A localização das 26 universidades objeto de estudo está distribuída em quatro estados: uma no Espírito Santo; treze em Minas Gerais; seis no Rio de Janeiro e seis em São Paulo.

### 3.2 Resultados da Pesquisa

Primeiramente, foi observado no *site* das 19 universidades públicas federais (UPF) e das sete estaduais (UPE) se as informações sociais haviam sido divulgadas na estrutura de uma demonstração de Balanço Social, Relatório de Gestão ou Anuário Estatístico. O quadro 2 apresenta a quantidade de universidades federais e estaduais que publicaram as informações sociais estruturadas em relatórios. Ressalva-se que para o ano de 2006, os resultados podem ter sido prejudicados porque talvez algumas instituições, até 20 de fev. 2007, ainda não haviam publicado os relatórios relativos a esse ano.

	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Informações Sociais</b>														
Balanço Social	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Relatório de Gestão	3	12%	3	12%	5	19%	8	31%	8	31%	15	58%	3	12%
Anuário Estatístico	0	0%	0	0%	1	4%	2	8%	2	8%	2	8%	0	0%

Quadro 2 - Forma de Estruturação das Informações Sociais nas UPF's e UPE's do sudeste brasileiro.

Fonte: Elaboração própria

Observa-se que nenhuma universidade federal ou estadual divulgou, no período de 2000 a 2006, as informações sociais na estrutura do Balanço Social. Das 26 universidades, 15 publicaram as informações sociais na estrutura de Relatório de Gestão, no ano de 2005.

Percebe-se um aumento significativo da utilização deste tipo de estrutura na divulgação de informações sociais.

Destaca-se que os Relatórios de Gestão e Anuários Estatísticos, na maioria das universidades pesquisadas, são extensos (variando de 50 a 239 páginas) e trazem as informações sociais dispersas. Estes fatos são mais graves nas universidades públicas estaduais. Tal fato dificulta a obtenção das informações.

As universidades públicas federais e estaduais que não utilizaram nenhuma das estruturas de relatório apresentadas no quadro 2 para divulgação das informações sociais optaram por evidenciá-las no *site* de maneira aleatória. Assim, teve-se que analisar por completo o *site* de cada UPE e de cada UPF para identificar quais as informações sociais que foram divulgadas por estas instituições. Esta forma de evidenciação pode prejudicar o processo de *accountability* uma vez que o usuário da informação precisa procurar em vários locais dados que possam lhe ajudar a analisar a responsabilidade social da universidade. Dentre as principais dificuldades encontradas na buscas das informações sociais tem-se:

- falta de consistência nos relatórios ou tabelas usadas para divulgação;
- alguns *links* encontravam-se desabilitados;
- dificuldade para localização dos dados no *site* da instituição;
- dados espalhados em vários lugares no *site*.

O quadro 3 apresenta a quantidade e o percentual de universidades federais e estaduais, por ano, que divulgaram dados sobre as origens de recursos. Percebe-se que a quantidade de universidades federais e estaduais que divulgam o total de receita por ano vem aumentando (31% em 2000 e 42% em 2005). Tal fato também ocorre com recursos governamentais, receita com prestação de serviços e/ou venda de produtos e outras receitas.

	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Origem dos recursos</b>														
Receitas Totais	8	31%	8	31%	9	35%	10	38%	12	46%	11	42%	1	4%
a. Recursos governamentais (subvenções)	9	35%	9	35%	11	42%	12	46%	13	50%	14	54%	1	4%
b. Doações de pessoas jurídicas	0	0%	1	4%	1	4%	1	4%	2	8%	0	0%	0	0%
c. Doações de pessoas físicas	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	4%	0	0%
d. Contribuições	0	0%	0	0%	0	0%	1	4%	0	0%	0	0%	0	0%
e. Patrocínios	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	4%	0	0%	0	0%
f. Cooperação internacional	0	0%	1	4%	1	4%	1	4%	1	4%	1	4%	0	0%
g. Prestação de serviços e/ou venda de produtos	7	27%	6	23%	7	27%	8	31%	9	35%	10	38%	2	8%
h. Outras receitas	3	12%	3	12%	5	19%	7	27%	10	38%	8	31%	2	8%

Quadro 3 - Origem de Recursos divulgadas pelas UPF's e UPE's do sudeste brasileiro.

Fonte: Elaboração própria

O comportamento das Aplicações de Recursos foi semelhante ao das Receitas (QUADRO 4). O número de universidades federais e estaduais que divulgaram, no horizonte temporal de estudo, o valor das despesas totais subiu de 8, em 2000, para 14, em 2005. Percebe-se também no quadro 4 que existe uma preocupação maior dessas universidades em segregar das despesas totais as despesas com pessoal, com ações sociais e com investimentos permanentes, deixando numa conta genérica (diversas) as demais despesas.



	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Aplicação dos recursos</b>														
Despesas Totais	8	31%	7	27%	10	38%	11	42%	15	58%	14	54%	3	12%
a. Projetos, programas e ações sociais	3	12%	4	15%	4	15%	6	23%	8	31%	8	31%	1	4%
b. Pessoal (salários + benefícios + encargos)	7	27%	9	35%	12	46%	12	46%	14	54%	15	58%	3	12%
c. Despesas diversas	8	31%	10	38%	12	46%	15	58%	15	58%	16	62%	6	23%
Operacionais	1	4%	0	0%	0	0%	1	4%	1	4%	4	15%	1	4%
Impostos e taxas	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	4%	2	8%	1	4%
Financeiras	1	4%	0	0%	0	0%	2	8%	4	15%	1	4%	1	4%
Capital (máquinas + instalações + equipamentos)	8	31%	8	31%	10	38%	11	42%	13	50%	14	54%	3	12%
Outras (devem ser discriminadas cf. relevância)	4	15%	4	15%	5	19%	7	27%	9	35%	11	42%	2	8%

Quadro 4 - Aplicações de Recursos divulgadas pelas UPF's e UPE's do sudeste brasileiro.

Fonte: Elaboração própria.

Com relação aos indicadores sociais internos, percebe-se, no quadro 5, que apenas dois benefícios não tem sido evidenciados de maneira crescente pelas universidades: segurança e medicina no trabalho e bolsas/estágios. Quanto aos demais itens, o número de universidades que os evidenciam tem aumentando ao longo do horizonte temporal de estudo.

	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Indicadores sociais internos (Ações e benefícios para os(as) funcionários(as))</b>														
a. Alimentação	5	19%	5	19%	7	27%	9	35%	11	42%	12	46%	2	8%
b. Educação	2	8%	2	8%	2	8%	4	15%	3	12%	5	19%	1	4%
c. Capacitação e deenvolvimento profissional	4	15%	5	19%	5	19%	5	19%	9	35%	9	35%	3	12%
d. Creche ou auxílio-creche	6	23%	7	27%	7	27%	8	31%	11	42%	15	58%	2	8%
e. Saúde	6	23%	6	23%	8	31%	9	35%	10	38%	11	42%	2	8%
f. Segurança e medicina no trabalho	0	0%	0	0%	1	4%	3	12%	0	0%	1	4%	2	8%
g. Transporte	6	23%	6	23%	8	31%	10	38%	12	46%	15	58%	2	8%
h. Bolsas/estágios	1	4%	1	4%	2	8%	1	4%	2	8%	4	15%	0	0%

Quadro 5 - Indicadores Sociais Internos divulgadas pelas UPF's e UPE's do sudeste brasileiro.

Fonte: Elaboração própria.

No quadro 6 é apresentada a quantidade de universidades, em cada período, que evidenciou os investimentos realizados em projetos, ações e contribuições para a sociedade.

	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Projetos, ações e contribuições para a sociedade</b>														
a. Assistência jurídica	3	12%	3	12%	4	15%	3	12%	4	15%	4	15%	0	0%
b. Diversidade, etnia e questão racial	1	4%	1	4%	1	4%	1	4%	1	4%	1	4%	1	4%
c. Educação popular/alfabetização de jovens e adultos(as)	3	12%	4	15%	4	15%	5	19%	5	19%	7	27%	1	4%
d. Empreendedorismo/apoio e capacitação	1	4%	2	8%	2	8%	2	8%	4	15%	5	19%	0	0%
e. Segurança alimentar / combate à fome	2	8%	2	8%	3	12%	3	12%	4	15%	3	12%	0	0%
f. Saúde	2	8%	3	12%	3	12%	3	12%	5	19%	5	19%	13	50%
g. Outros	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	4%	1	4%	10	38%

Quadro 6 - Projetos, ações e Contribuições para a sociedade divulgadas pelas UPF's e UPE's do sudeste.

Fonte: Elaboração própria

Nota-se, no quadro 6, que uma mesma universidade pode desenvolver projetos e ações de tipos diversos. Assim, complementando os dados apresentados neste quadro, tem-se que dezessete das 26 universidades federais e estaduais do sudeste brasileiro (aproximadamente 65%) evidenciam nos seus *sites* informações referentes às contribuições para a sociedade.

O quadro 7 traz outros indicadores sociais sugeridos no Modelo IBASE de Balanço Social e divulgados pelas universidades públicas federais e estaduais do sudeste brasileiro.

	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Outros indicadores</b>														
Nº total de alunos(as)	12	46%	11	42%	12	46%	13	50%	15	58%	17	65%	3	12%
Nº de alunos(as) com bolsas integrais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Valor total das bolsas integrais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Nº de alunos(as) com bolsas parciais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Valor total das bolsas parciais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Nº de alunos(as) com bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa	4	15%	4	15%	4	15%	4	15%	6	23%	6	23%	2	8%
Valor total das bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa	0	0%	1	4%	1	4%	1	4%	2	8%	2	8%	1	4%

Quadro 7 - Outros Indicadores Sociais divulgadas pelas UPF's e UPE's do sudeste brasileiro.  
Fonte: Elaboração própria

Conforme apresentado no quadro 7, dezessete UPF's e UPE's (65%) divulgaram o número total de alunos no ano de 2005. Já com relação às bolsas fornecidas para os alunos, a evidenciação ocorreu em um número menor de universidades.

No quadro 8 são apresentados os indicadores sobre o corpo funcional das universidades. Percebe-se que as informações sugeridas pelo Modelo do IBASE para a elaboração do Balanço Social nas universidades quase não estão sendo divulgadas no *site* das universidades públicas federais e estaduais do sudeste brasileiro.

	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Indicadores sobre o corpo funcional</b>														
Nº total de empregados(as) ao final do período	9	35%	10	38%	11	42%	14	54%	14	54%	14	54%	5	19%
Nº de admissões durante o período	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	4%	0	0%	0	0%
Nº de prestadores(as) de serviço	0	0%	0	0%	1	4%	2	8%	1	4%	2	8%	0	0%
% de empregados(as) acima de 45 anos	1	4%	1	4%	1	4%	1	4%	1	4%	1	4%	0	0%
Nº de mulheres que trabalham na instituição	1	4%	1	4%	1	4%	1	4%	1	4%	3	12%	0	0%
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Idade média das mulheres em cargos de chefia	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Salário médio das mulheres	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Idade média dos homens em cargos de chefia	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Salário médio dos homens	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Nº de negros(as) que trabalham na instituição	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Salário médio dos(as) negros(as)	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Nº de brancos(as) que trabalham na instituição	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Salário médio dos(as) brancos(as)	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Nº de estagiários(as)	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	4%	1	4%	1	4%
Nº de voluntários(as)	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Nº portadores(as) necessidades especiais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Salário médio portadores(as) necessidades especiais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%

Quadro 8 - Outros Indicadores Sociais divulgadas pelas UPF's e UPE's do sudeste brasileiro.  
Fonte: Elaboração própria

A quantidade de universidades federais e estaduais que divulgaram no seu *site* informações sobre a qualificação do corpo funcional é apresentada no quadro 9.

	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Qualificação do corpo funcional</b>														
Nº total de docentes	11	42%	12	46%	13	50%	15	58%	17	65%	15	58%	4	15%
Nº de doutores(as)	9	35%	10	38%	9	35%	12	46%	14	54%	11	42%	3	12%
Nº de mestres(as)	8	31%	9	35%	8	31%	11	42%	13	50%	10	38%	3	12%
Nº de especializados(as)	7	27%	8	31%	7	27%	10	38%	12	46%	9	35%	3	12%
Nº de graduados(as)	7	27%	8	31%	7	27%	10	38%	12	46%	10	38%	2	8%
Nº total de funcionários(as) no corpo técnico e administrativo	9	35%	10	38%	11	42%	14	54%	14	54%	15	58%	4	15%
Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores)	4	15%	2	8%	2	8%	2	8%	3	12%	4	15%	0	0%
Nº de graduados(as)	6	23%	6	23%	5	19%	7	27%	7	27%	9	35%	2	8%
Nº de graduandos(as)	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	4%	0	0%
Nº de pessoas com ensino médio	6	23%	6	23%	5	19%	5	19%	4	15%	5	19%	1	4%
Nº de pessoas com ensino fundamental	4	15%	3	12%	3	12%	3	12%	4	15%	5	19%	1	4%
Nº de pessoas com ensino fundamental incompleto	2	8%	2	8%	2	8%	1	4%	1	4%	3	12%	1	4%
Nº de pessoas não-alfabetizadas	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	4%	0	0%

Quadro 9 - Quantidade de UPF's e UPE's do sudeste brasileiro que divulgaram informações sobre a qualificação do corpo funcional.

Fonte: Elaboração própria.

A quantidade de universidades que divulga o número total de docentes e do número total de funcionários técnicos e administrativos é superior à quantidade de universidades que evidencia a qualificação desses funcionários (QUADRO 9). Porém, percebe-se uma tendência de crescimento do nível de evidenciação dessas informações.

A última parte do modelo de balanço social do IBASE, tomado como objeto do estudo, supõe também a divulgação de “informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social das instituições de ensino”, como por exemplo: a relação entre a maior e a menor remuneração; a forma como se dá o processo de admissão de empregados(as); se a instituição desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional; se há critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental para a seleção de parceiros e prestadores de serviço; se ocorre a participação de empregados(as) no planejamento da instituição e em quais níveis; sobre a frequência com que ocorrem os processos eleitorais democráticos para escolha dos coordenadores(as) e diretores(as) da organização e se existe Comissão/Conselho de Ética para o acompanhamento de suas atividades.

A obtenção destas informações gerou demasiada dificuldade devido ao fato das universidades não divulgarem estas informações de maneira estruturada. Foi necessário ler os Estatutos e Regimentos Internos ou procurar em *links* de outros relatórios, também extensos, espalhados no *site* das instituições, para identificar como são estruturados os processos eleitorais e se existe Comissão/Conselho de Ética. As demais informações não foram encontradas nos sites das universidades federais e estaduais do sudeste brasileiro.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para analisar o nível de evidenciação de informações sociais no *site* das 26 universidades públicas federais e estaduais do sudeste brasileiro, credenciadas no Ministério da Educação, no período de 2000 a 2006, foi utilizado o Modelo de Balanço Social sugerido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) para estas instituições.

Os resultados da pesquisa demonstram que as universidades públicas federais e estaduais do sudeste brasileiro, no horizonte temporal de estudo, não evidenciam o Balanço Social, bem como não utilizam uma estrutura formal de relatório para divulgação das informações sociais. Tais informações são divulgadas de maneira esparsa e confusa na maioria dos *sites* destas instituições, dificultando o processo de tomada de decisão dos usuários.

A pertinência da evidenciação não tem sido observada pelas universidades analisadas, visto que existe uma demanda de informações sociais por parte da sociedade que não está sendo atendida. Ou seja, a divulgação das informações sociais não tem sido adequada, justa e completa nos sites das universidades públicas federais e estaduais do sudeste brasileiro.

Infere-se que este cenário pode mudar nos próximos períodos, pois se percebeu um aumento gradual de universidades públicas federais e estaduais do sudeste brasileiro divulgando informações sociais, durante o período de estudo. Porém, destaca-se que a qualidade desta evidenciação é fraca considerando que as informações sociais são divulgadas de maneira sintética e inconsistente durante o período.

Recomenda-se para trabalhos futuros que sejam analisadas as demais instituições de ensino superior brasileiras cadastradas no Ministério da Educação, bem como seja analisada a evolução dos indicadores sociais apresentados por estas instituições ao longo dos últimos anos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 53 de 19 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acesso em: 20 dez. 2006.

BULOS, A. L. **Constituição Federal Anotada**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Contabilidade no Contexto Internacional**. São Paulo: Atlas, 1997.

FIGUEROA, L. T. Formación Universitaria en Valores y Responsabilidad Social. In: CLADEA, 2006. **Anais...** Montpellier, France: CLADEA, 2006. CD-ROM.

FOLHA ONLINE. **Papel da universidade deve ser repensado, diz novo secretário da SESu**, 16 jan. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u12413.shtml>. Acesso em: 10 fev. 2007.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Modelo para instituições de ensino, fundações e organizações sociais**. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=9>. Acesso em: 05 fev. 2007.

JIMENA, J. Measuring your responsibilities. **Canadian Mining Journal**; v. 127, n. 4; p. 8, jun. 2006.

MARTINS, E. Balanço Social: idéia que merece permanecer. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, A3, 18, set. 1997.

MAZZIONI, S.; GALANTE, C.; KROETS, C. E. S. Delineamento de um Modelo de Balanço Social para Prefeituras Municipais. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 6, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2006. CD-ROM.

MAZZIONI, S. **Delineamento de um modelo de balanço social para uma fundação universitária**. 2005. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2005.

MAZZIONI, S.; TINOCO, J. E. P. Balanço Social para uma Fundação Universitária. In: Congresso USP Controladoria e Contabilidade, 5, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2005. CD-ROM.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MIGUEL, L. F. Impasses da *Accountability*: Dilemas e Alternativas da Representação Política. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 25, p. 25-38, nov. 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=651&Itemid=292>. Acesso em: 10 fev. 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Disponível em: [http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/busca\\_instituicao.stm](http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/busca_instituicao.stm). Acesso em: 28 dez. 2006.

MORHY, L. **Brasil em Questão: a universidade e a eleição Presidencial: vol. II**. Brasília: Editora UnB, 2002.

NEGRA, C. A. S; TEIXEIRA, F. S; CARMO, R. F. O balanço social na gestão das instituições de ensino superior. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, Ano XXXI, n. 138, p. 69-87, nov. /dez. 2002.

PACHECO, E. **Educação superior: reforma, acesso e avaliação**. 2004. Disponível em: [http://www.inep.gov.br/imprensa/artigos/ed\\_superior.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/artigos/ed_superior.htm) 2004. Acesso em: 10 fev. 2007.

PACHECO, E. **Reforma Universitária e Educação Básica**. 2004a. Disponível em: [http://www.inep.gov.br/imprensa/artigos/reforma\\_universitaria.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/artigos/reforma_universitaria.htm). Acesso em: 10 fev. 2007.

PRIORI, A. Universidade Pública e Competente. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 12, maio 2002. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/012/12angelo.htm>. Acesso em: 15 jan. 2007.

SANTOS, A. dos. **Demonstração do Valor Adicionado**: como elaborar e analisar a DVA. São Paulo: Atlas, 2003.

SLOMSKI, V.; REZENDE, A. J.; ATHAYDE, T. R. O Balanço Social Como Relatório das Atividades em Universidades Públicas: Uma aplicação na UFMS Campus de Três Lagoas. In: ENANPAD, XXVII, 2003, Atibaia. **Anais...** Atibaia: ANPAD, 2003. CD-ROM.

SOUZA, H. de. Empresa Pública e Cidadã. In: SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. de S. (Orgs.). **Balanço Social**: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2001.

SOUZA, H. de. Balanço social: voluntário ou público. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno 1, p. 3, 07 abr. 1997.

SUCUPIRA, J. A. Ética nas empresas e balanço social. In: SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. de S. (Org.). **Balanço social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001. p. 69-115.

TINOCO, J. E. P. Balanço social: balanço da transparência corporativa e da concentração social. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Conselho Federal de Contabilidade, n. 135, p. 57-73, mai./jun. 2002.

TINOCO, J. E. P. **Balanço Social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço social**: uma abordagem sócio-econômica da Contabilidade. 1984. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

---

<sup>1</sup> O termo *Fortune* 500, cunhado há 50 anos pela revista *Fortune*, que classifica as empresas dos Estados Unidos da América com ações na bolsa de valores por receitas do ano fiscal (JIMENA, 2006).